

The cover features a central illustration of a small green plant growing from a stack of gold coins. Several hands are shown interacting with the scene: one pours water from a white teapot, another holds blue fertilizer granules, and others are stacking or holding coins. The background is a soft, greenish-yellow gradient.

# Economia Ecológica

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan  
(Organizador)

# **Economia Ecológica**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E19	Economia ecológica [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-23-9 DOI 10.22533/at.ed.239182908  1. Economia ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. I.Pavan, Lucca Simeoni. II. Título.  CDD 333.7
-----	---

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Um dos temas recentes que vem obtendo maior destaque no estudo da economia, principalmente entre aqueles que não seguem a corrente de pensamento dominante é a Economia Ecológica.

Estudos econômicos que incorporam em sua análise as questões do meio ambiente são de fundamental importância se um país pretende atingir um nível de crescimento alto e sustentável.

Os modelos convencionais equivocadamente, não se preocupam com questões ambientais e ecológicas. Além disso, os modelos que tratam de questões relacionadas ao meio ambiente e recursos naturais acabam sendo marginalizados e não fazem parte do núcleo duro da discussão acadêmica entre os principais economistas de grande universidades.

A falta de tratamento de questões ecológicas me parece ser uma falha na construção do conhecimento e da ciência econômica. Este livro é muito bem vindo, pois colabora com a discussão da economia e da incorporação do tema meio ambiente e ecologia nas decisões econômicas e nos estudos científicos.

Neste livro podemos encontrar diversos trabalhos que incorporam na discussão econômica os aspectos ecológicos e ambientais das decisões econômicas e trazem ao centro o debate sobre economia, o meio ambiente, e como as decisões econômicas podem afetá-lo hoje e no futuro. As formas de se cumprir esta tarefa são variadas, podemos citar os trabalhos que tratam de índices de desenvolvimento sustentável ou ambiental, descrevendo sua evolução ao longo do tempo para o Brasil ou regiões. Tais índices também são analisados espacialmente, destacando a localização dos municípios conforme seu nível de desenvolvimento ambiental.

Os aspectos teóricos também fazem parte dos temas abordados neste livro, comparando os conceitos da economia neoclássica e economia ecológica ou ambiental e inserindo também discussões jurídicas que abordam este assunto. Portanto, este livro contribui imensamente com a discussão da economia ecológica e ambiental apresentando diversos trabalhos das mais variadas metodologias e objetivos de pesquisa. Propiciando ao seu leitor uma rica variedade de estudos que incorporam questões tão importantes como o meio ambiente, ecologia e recursos naturais aos estudos da ciência econômica.

Lucca Simeoni Pavan  
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“ECONOMIAS” DO MEIO AMBIENTE – CONCEITOS BÁSICOS E ALGUMAS CORRENTES TEÓRICAS	
<i>Rodrigo de Campos Macedo</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
O HOMEM DO CAMPO E O CLIMA: PERCEPÇÃO PARA A REGIÃO DE ANÁPOLIS E ENTORNO	
<i>Joana D’arc Bardella Castro</i>	
<i>Jorge Madeira Nogueira</i>	
<i>Talita Freitas Souza</i>	
<i>Adilson Bicudo Rocha</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
GESTÃO DE PROCESSOS EM UMA INDÚSTRIA CERÂMICA: SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SIMBIOSE INDUSTRIAL	
<i>Jorge da Cunha Martins Sousa</i>	
<i>Luís Henrique dos Santos Silva Sousa</i>	
<i>Eldelita Águida Porfírio Franco</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI	
<i>Ademar Maia Filho</i>	
<i>Alexsandra Salvador da Silva</i>	
<i>Carlos Wagner Oliveira</i>	
<i>Ana Célia Maia Meireles</i>	
<i>Francisco Roberto de Azevedo</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
ANÁLISE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS REALIZADAS EM COMUNIDADE TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BAHIA	
<i>Maria Aparecida Conceição Nunes</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
A REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DO CARIRI – REDE FASOL CARIRI	
<i>Ademar Maia Filho</i>	
<i>Maria Ayrilles Macêdo</i>	
<i>Luiza Maria Valdevino Brito</i>	
<i>Ana Célia Maia Meireles</i>	
<i>Victória Régia Arrais de Paiva</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES AMBIENTAIS DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM UBERLÂNDIA – MG	
<i>Flávia Alice Borges Soares Ribeiro</i>	
<i>Fabrcio Pelizer de Almeida</i>	
<i>Victoria Oliveira Rios Leite</i>	
<i>Karoline Viana Martins</i>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE PARA O BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO ENTRE 2004 E 2014	
<i>Jéssica Brum Suárez Quevedo</i>	
<i>Debora Nayar Hoff</i>	
<i>João Garibaldi Almeida Viana</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>123</b>
THE GEORGESCU-ROEGEN VERSUS SOLOW/STIGLITZ FORUM AS THE EPITOME OF THE THERMODYNAMIC CRITICISM TO GROWTH THEORY	
<i>Marco Paulo Vianna Franco</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>135</b>
TEMPO E SISTEMAS COMPLEXOS: ADAPTAÇÃO, PARASITISMO E SUSTENTABILIDADE	
<i>Marcos Henrique Godoi</i>	
<i>Daniel Lemos Jeziorny</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>154</b>
MODELO PARA ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO	
<i>Armando Kokitsu</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>169</b>
O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO, PROSPERIDADE E BEM-ESTAR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA	
<i>Thays Regina Rodrigues Pinho</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>187</b>
ANÁLISE MORFOMÉTRICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS PEDRAS, UBERLÂNDIA – MG	
<i>Alisson Martins de Oliveira</i>	
<i>Fabício Pelizer de Almeida</i>	
<i>Flávia Alice Borges Soares Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>205</b>
A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA NO DIREITO: INCERTEZAS CIENTÍFICAS E O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	
<i>Maria Carolina Rosa Gullo</i>	
<i>Moisés João Rech</i>	
<i>Renan Zenato Tronco</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>222</b>
ECONOMIA NEOCLÁSSICA E ECONOMIA ECOLÓGICA: PARADIGMAS DISTINTOS PARA A PESCA MARINHA	
<i>Diana Mendes Cajado</i>	
<i>Antônio Jeovah de Andrade Meireles</i>	
<i>Fábio Maia Sobral</i>	
<i>Francisco José Lopes Cajado</i>	
<i>Luisa Janaína Lopes Barroso Pinto</i>	

**CAPÍTULO 16 ..... 237**

ACORDOS CLIMÁTICOS E OS INSTRUMENTOS DE REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA À LUZ DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

*Augusta Coelho Santana*

*André Luís Rocha de Souza*

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 255**

## O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO, PROSPERIDADE E BEM-ESTAR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA

**Thays Regina Rodrigues Pinho**

Universidade Federal do Maranhão

São Luis - MA

**RESUMO:** O turismo, enquanto atividade socioeconômica, destaca-se no cenário global pelo importante papel que desempenha, sobretudo, na economia. A análise da atividade por instituições e organismos nacionais e internacionais, a exemplo da OMT, fundamenta-se, especialmente, na concepção neoclássica da economia. A economia ecológica, por outro lado, surge como uma expressão dos limites da racionalidade econômica dominante e procura entender a questão ambiental com foco na expansão econômica versus a conservação do meio ambiente. Propõe-se, como objetivo central, discorrer sobre os preceitos da economia ecológica, comparando-os aos elementos-chave atrelados ao turismo, na perspectiva desenvolvimentista da OMT, de ser indutor do desenvolvimento, da prosperidade e do bem-estar social. Os economistas ecológicos descrevem esses três elementos sob outro viés, não análogo ao que os economistas tradicionalmente acreditam, rompem, portanto, com o paradigma de que desenvolvimento, prosperidade e bem-estar estão vinculados necessariamente a crescimento econômico.

Trata-se de um artigo com características de ensaio científico de natureza reflexiva e avaliativa sobre teorias e conceitos que envolvem ambas as temáticas. Repensar o turismo a partir dos preceitos da economia ecológica é ter em mente que os recursos naturais, utilizados como atrativos turísticos, são finitos e seu consumo acelerado irá comprometer o bem-estar e prosperidade das gerações que virão.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia ecológica; turismo; sustentabilidade.

**ABSTRACT:** Tourism, as a socio-economic activity, is highlighted in the global scenario mainly through the economic role it plays. Tourism analysis developed by international and national organizations and institutions, like UNWTO, is specially based on neoclassical view of economy. On the contrary, ecological economics emerges as an expression of the dominant economical rationality limits and seeks to understand the environmental issue focused on economic expansion against environmental conservation. The main goal of this article is to discuss ecological economics precepts in comparison to the key elements involved in UNWTO's developmental perspective of tourism: of being a inductor toward development, prosperity and welfare state. Ecological economists describe these three elements under another perspective



that is not related to what traditionalists believe. Therefore, they break up with the paradigm that development, prosperity and welfare are necessarily linked to economic growth. This is an article with scientific essay characteristics with a reflexive and evaluative nature on theories and concepts related to the both subjects. Re-thinking tourism from ecological economics precept is to bear in mind that environmental resources, also used as tourist attractions, are finites and their accelerated consume will commit future generations' welfare and prosperity as well.

**KEY-WORDS:** ecological economics; tourism; sustainability.

## 1 | INTRODUÇÃO

O turismo tem se destacado pelo importante papel que desempenha na economia global, sendo caracterizado como atividade socioeconômica que oportuniza o desenvolvimento local por meio da geração de emprego e renda e que alavanca uma série de outras atividades, direta ou indiretamente.

A relevância econômica da atividade é expressa pelas instituições e organismos nacionais e internacionais por cifras e em termos numéricos e está baseada, sobretudo, na concepção neoclássica da economia. Analisa-se o turismo sob a perspectiva econômica a partir dos princípios de oferta e demanda, valores estimados gastos pelos turistas, receitas e despesas geradas em polos emissores e receptores, efeito multiplicador do turismo, efeito na balança de pagamentos, receitas cambiais obtidas, geração de empregos e fluxo de turistas.

Esses fundamentos estão presentes em grande parte dos estudos em turismo e em documentos oficiais de órgãos e instituições de fomento a atividade, a exemplo da OMT (Organização Mundial do Turismo). O uso de indicadores econômicos corrobora sua proeminência econômica, como é o caso da participação do turismo no PIB (Produto Interno Bruto) de um país.

Segundo dados da OMT (2017), a renda gerada pelo turismo internacional, em 2016, alcançou a cifra de U\$ 1,22 bilhão, em todo o mundo, representando um crescimento de 2,6% em relação a 2015. O setor foi responsável por 10% do PIB mundial e 7% do comércio internacional e gerou U\$ 1,4 trilhão em exportações. No Brasil, a renda gerada foi de U\$ 6,02 milhões, o que significou um aumento de 1,9% em relação aos anos anteriores.

Sob a perspectiva de ser indutor do desenvolvimento, da prosperidade e bem-estar, como afirma a Organização Mundial do Turismo (OMT), os investimentos em turismo têm crescido consideravelmente nos últimos anos. Este artigo propõe como objetivo central discorrer sobre os preceitos da economia ecológica, comparando-os aos elementos-chave atrelados ao turismo, segundo a perspectiva da OMT: **desenvolvimento, prosperidade e bem-estar**. Os economistas ecológicos descrevem esses três elementos sob outro viés, não análogo ao que os economistas tradicionalmente acreditam, rompem, portanto, com o paradigma de que desenvolvimento, prosperidade

e bem-estar estão vinculados necessariamente a crescimento econômico.

São objetivos específicos deste artigo: elencar as controvérsias entre o que prega a produção científica pró-turismo e os órgãos de fomento da atividade e o que os autores da economia ecológica relatam; e produzir novos conhecimentos sobre o tema turismo, alertando para a necessidade de uma reformulação de sua prática em termos globais.

Inicialmente, é preciso contextualizar os elementos dentro da lógica econômica associada ao turismo, apresentada por autores da economia do turismo ou economia turística, como Lemos, Beni, Lage e Milone e, em paralelo, refletir a cerca das críticas associadas ao modelo neoclássico, apresentadas por autores como Ouriques. Posteriormente, analisam-se os elementos desenvolvimento, prosperidade e bem-estar aliados ao turismo, conforme as colocações de Furtado, Frank e Jackson e, por último, faz-se uma análise crítica do turismo a partir dos princípios da economia ecológica numa tentativa de alertar a necessidade de inserção dos mesmos nas práticas turísticas.

Os procedimentos metodológicos adotados baseiam-se em revisão de literatura científica produzida sobre os objetos em análise, turismo e economia ecológica. Trata-se, portanto, de um artigo com características de ensaio científico de natureza reflexiva e avaliativa sobre teorias e conceitos que envolvem ambas as temáticas.

## **2 | CONCEPÇÃO ECONOMICISTA DO TURISMO: ATIVIDADE AOS MOLDES DO CAPITAL E DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA**

O turismo, da forma como se apresenta na atualidade, foi moldado a partir da Revolução Industrial e expandiu-se com a socialização dos lazeres no pós-guerra. Passou a ser direito de todos, usufruir de um tempo de não trabalho, em geral, dedicado ao lazer. O turismo considerado como uma das oportunidades de lazer se desenvolveu seguindo a lógica capitalista, uma vez que os locais, culturas e autóctones passam a ser vistos como mercadorias e, para usufruir deles, é preciso que o turista, “uma das ‘matérias-primas’ essenciais do turismo”, pague uma quantia em dinheiro (OURIQUES, 2005).

A mobilidade passa a ser necessária para o processo capitalista de acumulação. Com a rotina das férias anuais conquistadas pelos direitos trabalhistas, fomentou-se o fenômeno turístico e as atividades de lazer privado, ou seja, lazer não gratuito, pago. Autores da corrente crítica do turismo afirmam que o tempo livre que o homem possui hoje, é um tempo do capital na forma dos lazeres, férias e turismo que englobam a indústria da diversão. O turista é a expressão desta mobilidade, seja o trabalhador em férias que trabalhou o ano inteiro para usufruir de algum destino turístico da moda, sejam as pessoas da melhor idade ou terceira idade que pouparam toda uma vida para viajar ao se aposentar.

O turista mobiliza-se para o lazer porque, em algum momento do passado, trabalhou. Além disso, seu movimento é temporário e cíclico (férias). O que o diferencia dos migrantes temporários [...] é que ele é possuidor de dinheiro (e aqui não importa a quantidade, que define o tipo de turista) e insere-se como sujeito atuante (como consumidor de objetos materiais e imagens) no mundo da mercadoria (OURIQUES, 2005, p. 47).

Com a massificação do turismo e os visíveis retornos econômicos associados à atividade, a partir de 1970, intensificaram-se os estudos a cerca da atividade. Estudiosos de diversas áreas do conhecimento passaram a inserir o turismo como objeto de estudo, inclusive os economistas, surgindo a economia do turismo, conceituada como o “estudo da origem e da formação do valor turístico, assim como, de sua transformação em renda, mediada pela produção e pelo consumo, e a forma como esta se distribui na sociedade” (LEMOS, 2003, p. 17). Para o autor, o valor turístico está “nos elementos sociais que, produzidos por uma coletividade em sua história e em sua relação com o ambiente, geram forças de atratividade, provocando o deslocamento e a permanência de outros segmentos sociais espacialmente distantes que o validam”.

Ouriques (2005) faz uma análise da produção científica em turismo e separa os autores em quatro correntes: corrente liberal com visão economicista do turismo; corrente do planejamento estatal do turismo, incluindo mais recentemente as questões ecológicas; corrente pós-moderna que faz críticas ao turismo de massa e defende a segmentação turística com foco no patrimônio histórico e natural e na cultura; e a corrente crítica que destaca os aspectos predatórios de consumo e produção do turismo. O presente artigo cita ao longo do texto os pensamentos de algumas destas correntes.

A concepção economicista analisa o turismo a partir dos princípios da economia neoclássica e utiliza os conceitos de oferta e demanda, valores estimados gastos pelos turistas, receitas e despesas geradas em polos emissores e receptores, efeito multiplicador do turismo, efeito na balança de pagamentos etc.

Os fundamentos teóricos desta corrente liberal estão presentes em grande parte dos estudos em turismo e em documentos oficiais de órgãos públicos e de fomento da atividade, como por exemplo, a OMT, que descreve o turismo como “clave para el desarrollo, la prosperidad y el bienestar”.

Na literatura que trata da Economia do Turismo apontam-se inúmeras vantagens e benefícios da atividade. Como coloca Lemos (2003, p. 13),

É sabido que a atividade turística, via efeito linkage (encadeamento), gera diversas atividades indiretas e induzidas que atingem os mais diversos setores da economia como a indústria e até a agricultura, por exemplo [...] Pela análise das contas nacionais, este é um conjunto de atividades econômicas que estão localizadas no setor terciário (serviços). Isto não significa nenhum demérito, pois este setor é fortemente destacado nas sociedades mais avançadas e retraído nas atrasadas.

Autores como Beni (2000) e Lage e Milone (1991), colocam a natureza como um dos fatores de produção do turismo, juntamente com o capital e o trabalho.

Outro ponto em destaque são os empregos e renda gerados com o turismo,

tornando-a atrativa aos investidores e gestores públicos. “A capacidade da atividade de serviços, especialmente o Turismo, em gerar empregos é muito maior do que na indústria, porque a evolução tecnológica se dá, nas indústrias, substituindo o homem pela máquina, e, no Turismo pela inovação de atrativos das localidades” (LE MOS, 2003, p. 13).

Lemos (2003) afirma que “o turismo tem essência nas relações sociais, mas se realiza através das pessoas nas diversas esferas de interação, inclusive a do mercado”. Explicar o turismo por meio de números e reduzi-lo a uma classificação meramente econômica, não lhe credita toda a importância que possui. Como reforça Moesch (2000) apud Lemos (2003), o turismo é um

[...] fenômeno com base cultural, herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório que esta dinâmica sociocultural gera, parte de um fenômeno recheado de objetividade-subjetividade, que vem a ser consumido por milhões de pessoas.

Portanto, trata-se de um fenômeno com consequências culturais, políticas, sociais, ambientais... Por esta grandiosidade de elementos que engloba o turismo, deve-se atentar para seus impactos sobre os recursos ambientais finitos do planeta. O aumento contínuo global de sua prática induz ao consumo de bens naturais, exige a construção de infraestruturas, gera resíduos e ocasiona impactos de diversas ordens. Além disso, a prática do turismo reforça o consumo materialista e a satisfação pessoal egoísta ao associar o ato de viajar com prosperidade, status e bem-estar social.

Esses são alguns pontos que devem ser considerados para que se repense o turismo e o desvincule, de alguma forma, das amarras da economia neoclássica, tentando reconfigurá-lo a partir dos preceitos da economia ecológica.

### 3 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

O turismo é caracterizado como um fenômeno social, que segundo a abordagem sistêmica engloba diversos elementos integrados, dentre eles o subsistema econômico, sendo assim, o turismo não é unicamente uma atividade econômica, é uma atividade multifacetada que parte do princípio do deslocamento das pessoas.

Sob o enfoque capitalista burguês, o turismo é utilizado em repetidos discursos desenvolvimentistas como um elemento ideal para promover o crescimento econômico em determinadas localidades, que carecem de outras atividades econômicas fortes e competitivas. Segundo as preleções adotadas, o turismo seria uma oportunidade para que as regiões satélites emergissem para metrópoles, fazendo analogia com os conceitos apresentados por Frank (1965), que estuda o subdesenvolvimento no Brasil e outros países da América Latina e afirma que sua causa está no capitalismo instaurado aí e pelas interações que ocorreram entre metrópole e colônia.

O modelo apresentado pelo autor conclui que “la condición metropolitana genera

desarrollo y la condición satélite, subdesarrollo”, ou seja, as metrópoles são as regiões desenvolvidas, e as regiões denominadas satélites, são subdesenvolvidas e dependentes das primeiras. Refletindo sobre o turismo praticado no litoral nordestino, por exemplo, as regiões satélites tentam por meio da atividade, diminuir esta dependência econômica e alcançar um lugar de mais destaque dentro do mercado. Entretanto, sempre dependerão dos fluxos de turistas que chegam pelas metrópoles, experimentando o que o autor denomina de desenvolvimento subdesenvolvido.

Os gestores, sejam públicos ou privados, apropriam-se do mito do progresso para estimular a atividade turística e, em alguns casos, elevá-lo a condição de única atividade capaz de salvar a localidade do atraso e subdesenvolvimento. Essa falácia, induzida pelos mitos do desenvolvimento pelo turismo e apregoada pelos detentores do capital para obtenção do domínio territorial de “comunidades satélites”, gera consequências adversas em determinadas localidades da zona costeira do nordeste brasileiro, a saber: especulação imobiliária, mercantilização das praias, retirada da comunidade local de seu local de residência, mudanças nas atividades econômicas locais, exploração de mão de obra, etc.

Sobre o lucro produzido pelo turismo, vale refletir nas palavras de Meliani (2011, p. 139), o que de fato permanece nas “comunidades satélites” em prol de seu crescimento e o que é enviado para as “cidades metrópoles”: “O lucro principal das atividades turísticas não é significativamente internalizado no município, indo majoritariamente para os centros de controle das atividades turísticas localizadas em outras cidades”, uma vez que os investimentos aplicados na atividade são originários das metrópoles, que neste estudo, são as zonas urbanas e capitais do nordeste. Coriolano (2006, p. 165) debate sobre os interesses de exploração do capital: “sendo o turismo uma atividade essencialmente capitalista, oferece oportunidades de exploração, não só de mão de obra como de lugares”.

Segundo o mito do desenvolvimento econômico, apresentado por Celso Furtado, os países desenvolvidos dependem de países em desenvolvimento essencialmente por causa dos recursos não renováveis, não mais disponíveis aos primeiros. Este fato foi atestado por estudo feito pelo Clube de Roma e relatado por Furtado (1973). Na ocasião do estudo, abandonou-se a ideia de um sistema planetário aberto em relação aos recursos naturais, alertando para as limitações do *desenvolvimento econômico*, pois se houvesse a universalização deste desenvolvimento, seguramente o sistema econômico mundial entraria em colapso, devido à enorme pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente. Embora obtendo esta conclusão alarmante, a pressão sobre os recursos naturais dos países em desenvolvimento ainda é crescente e os países desenvolvidos se utilizam de outros métodos e atividades para fazê-lo.

As práticas turísticas fomentadas nos países em desenvolvimento possuem o viés de resgate e vivência dos recursos não renováveis, como praias intocadas e bem conservadas, porém não se preocupam com o uso predatório das mesmas.

A busca pelas zonas costeiras como local de lazer e veraneio, especialmente em países em desenvolvimento, tem sua origem em novas representações dos trópicos fomentadas no mundo desenvolvido, no período do pós-guerra, onde o turismo se massificava. Baseado em textos antigos, o litoral dos trópicos era apresentado como símbolo de liberdade e natureza verdadeira; em discursos propagandistas de agências turísticas divulgava-se uma imagem do litoral repleto de coqueiral e criaturas oníricas; em uma linguagem mais científica eram zonas marginais, virgens, subexploradas e subutilizadas (CORNIER-SALEM, 1996 apud DANTAS, 2014).

Como expõe Dantas (2014) estas representações favoreceram um planejamento e uma urbanização à beira-mar de acordo com uma demanda majoritariamente turística e com a construção de uma imagem midiática a cerca dos países tropicais que exerce um forte poder de atração nos consumidores do turismo de sol e praia.

Esse é um dos métodos contemporâneos para explorar os recursos aí presentes, que remete ao neocolonialismo, ou seja, o domínio econômico de países que obtiveram independência política por países desenvolvidos. Sob este paradigma, o turismo é visto como um modelo de dominação, que reforça a dependência econômica com a metrópole e perpetua as desigualdades existentes. O poder dominante (governos locais) também alimenta essa ideia do neocolonialismo, a medida que concedem facilidades e benefícios para empresas de outras localidades e estrangeiras em comunidades com ambientes frágeis, como o litoral.

#### **4 | TURISMO GERA PROSPERIDADE ECONÔMICA: MITO OU REALIDADE?**

No paradigma convencional e moderno, a prosperidade é computada em termos econômicos, o que significa dar continuidade ao crescimento econômico, traduzido pelo PIB. Por consequência, elevado PIB, elevada prosperidade.

Até bem recentemente, a prosperidade não era de forma alguma expressa em termos de dinheiro – era simplesmente o oposto de adversidade ou desgraça. O conceito de prosperidade econômica – e a ligação do aumento desta com crescimento econômico – é uma interpretação moderna (JACKSON, 2013, p. 10).

A visão de prosperidade econômica é replicada nas práticas e teorias turísticas. Especialmente para os países ditos em desenvolvimento, o turismo é fomentado como uma resposta milagrosa ao desenvolvimento e prosperidade. É fato que a introdução da atividade em regiões periféricas (subdesenvolvidas) gerou em algumas delas, “ilhas de prosperidade” (econômica), criando um circuito privilegiado de consumo e produção. Mas os ganhos maiores ficaram restritos a poucos, reafirmando o paradigma capitalista de sociedade estratificada e desigual.

Altvater (1995, p. 57) que escreveu “O preço da riqueza” citado por Ouriques (2005, p. 94), conclui que

[...] progresso, modernização e industrialização, em determinadas regiões do mundo, relacionam-se a um ganho em termos de ordem, a que corresponde,

entretanto, o aumento material e energético da desordem, do caos em outras regiões do mundo [...] de uma maneira trágica, a exploração privada dos bens comuns globais não conduz ao aumento da prosperidade, mas à destruição dos recursos da natureza e, por esta via, à destruição da base vital da humanidade.

**Lemos (2003, p. 15) destaca que não se pode delegar ao turismo o desenvolvimento de países cêntricos,**

Os defensores da idéia do desenvolvimento citam países como a Espanha, os EUA, a Itália entre outros para evidenciar que onde Turismo existe em larga escala, há desenvolvimento. Valls chega a descrever a “turistização” das economias mundiais, querendo se referir ao fenômeno de o Turismo não ser mais uma atividade complementar, mas principal. Ora, estes países, na verdade, estiveram, historicamente, sempre situados entre as economias cêntricas. São países avançados que dentre suas atividades tem no Turismo uma posição de destaque, e, não obtiveram através dele o seu desenvolvimento.

Evidencia disto estão nos números que registram os fluxos e receitas do turismo pelo mundo. Mesmo com investimentos em regiões periféricas, nos últimos 50 anos, e com incentivos dados pelos governos locais como isenção de impostos, doações de terras e concessões, os números do turismo demonstram a manutenção da estratificação da economia mundial, em que os países desenvolvidos possuem os maiores ganhos e maiores fluxos de turistas.

Segundo dados da OMT (2017), apresentados na tabela 1, os maiores ingressos de receitas pelo fluxo de turismo internacional, em 2016, se concentraram na América do Norte, Europa e Ásia. De outro lado, mesmo a prosperidade dita econômica não está atingindo a toda população dos países desenvolvidos.

Mesmo em economias avançadas, a desigualdade é maior que há 20 anos. Enquanto os ricos ficam mais ricos, as rendas da classe média em países ocidentais se estagnaram em termos reais bem antes da recessão atual. Longe de elevar o padrão de vida daqueles que mais precisam, o crescimento deixou na mão grande parte da população mundial nos últimos 50 anos. A riqueza foi, gradualmente, ficando com poucos e afortunados (JACKSON, 2013, p. 10).

A prosperidade, no sentido etimológico da palavra, é um conjunto de situações que envolvem a saúde física, mental, financeira, ambiental e social do indivíduo. Ser próspero é ser uma pessoa saudável em todas essas áreas. Relaciona-se a questões intrínsecas ao indivíduo e sentimentos de felicidade, satisfação e coletividade, relaciona-se, portanto a dimensões sociais e psicológicas essenciais para a vida. Sendo assim,

[...] a prosperidade vai além dos prazeres materiais. Ela transcende preocupações materiais. Reside na qualidade de nossa vida e na saúde e felicidade de nossas famílias. Está presente na força de nossos relacionamentos e em nossa confiança na comunidade. É evidente em nossa satisfação no trabalho e em nossa sensação de significado e propósito partilhados. Depende de nosso potencial de participar da vida da sociedade em plenitude. A prosperidade consiste em nossa capacidade de florescer como seres humanos – dentro dos limites ecológicos de um planeta finito (JACKSON, 2013, p. 17).

	International tourism receipts Local currencies, constant prices (% change)				Market share (%)	Receipts (US\$)				Receipts (euro)			
						(billion)		per arrival		(billion)		per arrival	
	13/12	14/13	15/14	16*/15		2014	2015	2016*	2016*	2014	2015	2016*	2016*
<b>World</b>	<b>5.6</b>	<b>4.3</b>	<b>4.1</b>	<b>2.6</b>	<b>100</b>	<b>1,252</b>	<b>1,196</b>	<b>1,220</b>	<b>990</b>	<b>942</b>	<b>1,078</b>	<b>1,102</b>	<b>890</b>
Advanced economies <sup>1</sup>	6.0	5.1	2.9	1.6	64.5	829	773	787	1,150	624	697	711	1,040
Emerging economies <sup>1</sup>	4.7	2.8	6.4	4.4	35.5	423	422	433	790	318	381	391	710
<b>By UNWTO regions:</b>													
<b>Europe</b>	<b>4.1</b>	<b>4.4</b>	<b>2.7</b>	<b>0.9</b>	<b>36.7</b>	<b>513.7</b>	<b>449.6</b>	<b>447.3</b>	<b>730</b>	<b>386.7</b>	<b>405.3</b>	<b>404.1</b>	<b>660</b>
Northern Europe	7.6	5.8	7.4	2.7	6.1	81.5	77.3	74.6	930	61.3	69.7	67.4	840
Western Europe	2.1	3.4	-1.3	-0.3	11.9	174.2	145.8	145.3	800	131.1	131.4	131.3	720
Central/Eastern Europe	3.4	0.1	-0.7	5.7	4.3	58.8	50.4	52.6	420	44.3	45.4	47.5	380
Southern/Medit. Europe	4.8	6.1	5.2	-0.2	14.3	199.2	176.1	174.7	760	150.0	158.7	157.9	690
-of which EU-28	3.7	4.6	3.1	2.7	30.9	427.1	372.1	376.6	750	321.5	335.4	340.2	680
<b>Asia and the Pacific</b>	<b>8.5</b>	<b>1.5</b>	<b>2.5</b>	<b>4.8</b>	<b>30.1</b>	<b>359.0</b>	<b>349.4</b>	<b>366.7</b>	<b>1,190</b>	<b>270.2</b>	<b>314.9</b>	<b>331.3</b>	<b>1,070</b>
North-East Asia	9.1	-1.6	-3.7	-0.2	13.9	176.9	167.1	168.9	1,090	133.1	150.6	152.6	990
South-East Asia	10.6	2.1	8.0	9.8	9.6	108.2	108.5	117.2	1,030	81.4	97.8	105.9	940
Oceania	1.5	7.6	11.6	10.0	3.8	44.2	42.3	46.7	2,990	33.3	38.1	42.2	2,700
South Asia	8.7	9.9	6.3	7.1	2.8	29.8	31.6	33.8	1,340	22.4	28.4	30.6	1,210
<b>Americas</b>	<b>6.6</b>	<b>6.7</b>	<b>8.2</b>	<b>2.7</b>	<b>25.7</b>	<b>288.9</b>	<b>305.6</b>	<b>313.2</b>	<b>1,570</b>	<b>217.5</b>	<b>275.5</b>	<b>283.0</b>	<b>1,420</b>
North America	7.4	7.0	8.3	1.9	20.0	225.9	239.7	243.7	1,870	170.0	216.1	220.2	1,690
Caribbean	3.2	5.1	7.1	6.3	2.5	26.7	28.5	30.2	1,200	20.1	25.6	27.3	1,080
Central America	7.2	5.9	6.6	7.8	1.0	10.6	11.4	12.2	1,140	8.0	10.2	11.1	1,030
South America	3.3	6.3	9.2	3.2	2.2	25.7	26.1	27.0	820	19.4	23.6	24.4	740
<b>Africa</b>	<b>2.5</b>	<b>3.7</b>	<b>0.5</b>	<b>8.3</b>	<b>2.9</b>	<b>36.5</b>	<b>32.8</b>	<b>34.8</b>	<b>600</b>	<b>27.5</b>	<b>29.5</b>	<b>31.4</b>	<b>540</b>
North Africa	-2.1	8.3	-8.8	2.6	0.7	11.0	8.9	9.1	490	8.3	8.0	8.3	440
Subsaharan Africa	4.3	1.9	4.5	10.5	2.1	25.5	23.9	25.6	650	19.2	21.5	23.2	590
<b>Middle East</b>	<b>-3.3</b>	<b>10.2</b>	<b>7.4</b>	<b>-1.6</b>	<b>4.7</b>	<b>53.6</b>	<b>58.2</b>	<b>57.6</b>	<b>1,080</b>	<b>40.3</b>	<b>52.4</b>	<b>52.0</b>	<b>970</b>

Source: World Tourism Organization (UNWTO) ©. Please see page 9 for symbols and abbreviations. (Data as collected by UNWTO, July 2017)  
<sup>1</sup> Classification based on the International Monetary Fund (IMF); see the Statistical Annex of the IMF World Economic Outlook of April 2017, page 176, at [www.imf.org/en/publications/weo](http://www.imf.org/en/publications/weo).

tabela 1- receitas geradas pelo turismo internacional no mundo

fonte: OMT, 2017

É importante modificar as abordagens de prosperidade estabelecidas pela sociedade de consumo, que alia prosperidade a crescimento econômico, ou seja, reforça o aspecto financeiro do conceito da palavra, uma vez que “a prosperidade hoje não significa nada se minar as condições das quais depende a prosperidade de amanhã” (JACKSON, 2013, p. 29).

O autor busca, portanto, “uma visão diferente de prosperidade: aquela em que seja possível fazer com que os seres humanos cresçam, que se atinja maior coesão social, que se encontre níveis mais altos de bem-estar e ainda se reduza o impacto material sobre o ambiente”. “Hoje, em busca da boa vida, estamos de forma sistemática, desgastando os pilares do bem-estar do amanhã. Corremos perigo real de perder qualquer perspectiva de prosperidade partilhada e duradoura” (JACKSON, 2013, p. 09).

## 5 | TURISMO COMO CAMINHO PARA A FELICIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL

As atividades de lazer privado, como o turismo, se tornam um elemento importante de padrão de vida e estratificação social, vinculados a felicidade e bem-estar. As pessoas que não viajam ou conhecem outras culturas e sociedades, podem se sentir envergonhadas perante seus familiares e amigos. Procuram, dessa forma, evitar a vergonha, como descreve Jackson (2013) a “chave para o florescimento social”, e como consequência impele-se incansavelmente a demanda adiante. O autor complementa:

Como afirmou (Sen) em ‘O padrão de vida’, levar ‘uma vida sem vergonha, [...] ser



capaz de visitar e entreter amigos, acompanhar o que acontece e o que os outros estão falando, requer um pacote mais caro de bens e serviços em uma sociedade que é, em geral, mais rica e na qual a maioria das pessoas já tem, digamos, meios de transporte, roupas afluente, aparelhos de rádio ou televisão, e assim por diante' (JACKSON, 2013, p. 107).

Esse florescimento social pode ser percebido na prática do turismo de diversas formas, como relatam Morin, Enzensberger e Urry, autores citados por Ouriques (2005). O autor Edgar Morin (1997) relata uma característica essencial do turista como o “sentimento de estar/ter estado lá”. Enzensberger (1985) diz que o turista busca o prestígio social comprovado por meio do “fetiche do souvenir”, a prova tangível que se tem da experiência vivida. Urry (1996) afirma que viajar confere status e faz parte da vida moderna ser turista, pois não viajar é algo parecido a não ter uma casa ou um carro.

Segundo o paradigma vigente, viajar para fins turísticos, portanto, é ter status, é ser próspero, é ser feliz e ter bem-estar.

O psicólogo Tim Kasser sublinhou o que chama de alto preço do materialismo. Os valores materialistas, tais como popularidade, imagem e sucesso financeiro, são psicologicamente opostos aos valores “intrínsecos”, como autoaceitação, associação e uma sensação de pertencimento à comunidade. Mas estes últimos são o que contribuem para o nosso bem-estar. Eles são os constituintes da prosperidade (JACKSON, 2013, p. 108).

Na concepção do autor, as pessoas com valores intrínsecos mais altos são mais felizes e têm níveis mais elevados de responsabilidade ambiental que aquelas com valores materialistas. Neste sentido, o estímulo aos valores intrínsecos é uma atitude que pode levar a conscientização ambiental e deve ser incentivado nas práticas e estudos turísticos.

Nas nações mais pobres o consumo materialista é motivado pela escassez nas condições de vida da população. Nas sociedades mais ricas que possuem suas necessidades atendidas o consumo não reduz, é direcionado para outros bens e serviços que não são de primeira necessidade e torna-se cada vez mais intenso.

Temos de admitir que nossa capacidade de florescer decai com rapidez se não temos o bastante para comer ou um abrigo adequado. E isso motiva um forte apelo a rendas crescentes nas nações mais pobres. Mas, em economias avançadas, à parte algumas desigualdades perniciosas, estamos muito além disso. As necessidades materiais são, em grande medida, satisfeitas, e as rendas disponíveis estão cada vez mais dedicadas a diferentes fins: lazer, interação social, experiência. Mas, obviamente, isso não diminuiu nosso apetite por consumo material (JACKSON, 2013, p. 39).

Leff (2006, p. 147) pontua que “a noção da qualidade de vida relativiza e contextualiza a questão das necessidades humanas e do processo social para satisfazê-las [...]”, ou melhor, a ideia de qualidade de vida está atrelada às considerações tradicionais de necessidades que a economia convencional apresenta como a economia do bem-estar.

Para o autor, a determinação cultural das necessidades está relacionada à complexização do processo de produção e satisfação destas necessidades, o que molda a noção de qualidade de vida na racionalidade econômica dominante. Mais que atender as necessidades objetivas biológicas, busca-se, na atualidade, superar as necessidades de caráter subjetivo ou psicológico.

A qualidade de vida está, portanto, diretamente ligada a qualidade do ambiente, e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A lógica social do consumo materialista como base de participação da vida em sociedade é uma dinâmica que deve ser coibida, pois traz danos ecológicos, uma vez que exerce maior pressão sobre o ambiente, e psicológicos. Libertar-se do consumismo é uma condição para a prosperidade duradoura.

A cultura do consumismo é transmitida por instituições, mídia, normas sociais e um conjunto de sinais sutis, e nem tão sutis, encorajando as pessoas a se expressar, buscar identidade e sentido por meio de bens materiais. Desmantelar essas complexas estruturas de incentivo requer atenção sistemática aos milhares de modos como são construídas (JACKSON, 2013, p. 131).

O paradoxo da felicidade surge para refutar que a prosperidade econômica traz felicidade. Nas economias mais avançadas, como Reino Unido, Japão e Estados Unidos o percentual de pessoas que se dizem felizes declinou desde os anos 1950 para hoje. Igualar prosperidade econômica a felicidade é um erro.

Ouriques (2005) em sua obra “A produção do turismo: fetichismo e dependência”, analisa autores da corrente do desenvolvimentismo: Fuster (1971); Mathieson e Wall (1982); Cunha (1997); Arrilaga (1976); Padilla (1997), caracterizando-os por descreverem o turismo como forte impulsionador do bem-estar econômico e social nos locais que se expande, associando-o a expressão do progresso material do século XX e a uma opção democrática de lazer ao alcance de todos.

A democratização das viagens, defendida por autores entusiastas, não condiz com a realidade da maioria da população mundial, cujo nível de renda não permite deslocar-se e consumir os caros serviços turísticos. Os deslocamentos populacionais são grandes, especialmente na atual situação migratória, com milhares de pessoas saindo do Oriente Médio para a Europa, mas as motivações não são nem de perto com fins de lazer. Como afirma Ouriques (2005, p. 43), “as viagens turísticas não são e não podem ser exercidas por todos os homens”. Outro autor complementa e alerta para os impactos dos deslocamentos turísticos:

No máximo 5% a 10% da população mundial pode empreender de fato uma viagem turística. Por menor que seja, esse fluxo aumentou de tal modo a depredação, que ameaça a própria existência dos objetos mais requisitados pelo próprio turismo. O turismo excessivo é destrutivo. E já há um excesso, no momento em que 80% da população mundial não participa dessa atividade (WALLERSTEIN, 2001, p. 106 apud OURIQUES, 2005, p. 42).

A corrente do planejamento estatal do turismo coloca que por meio do planejamento

turístico controlado pelo Estado é possível alcançar o desenvolvimento turístico e “promover a melhoria das possibilidades do bem-viver para os núcleos receptores” (PORTUGUEZ, 1999 apud OURIQUES, 2005, p. 74). Entende-se o bem-viver como melhoria do bem-estar social de toda a população.

Entretanto, a introdução do turismo em determinados destinos não significou melhoria das condições de vida da população local. Como afirma Ouriques (2005, p. 96) “para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. Ao mesmo tempo, as condições de vida pouco se modificaram [...]”. para o autor, trata-se ainda de “[...] um setor econômico no qual os trabalhadores frequentemente recebem as piores remunerações em seus respectivos países, configurando, além disso, uma estrutura ocupacional precária, à margem das legislações trabalhistas” (2005, p. 127). No Brasil, em 2001,

Além de pagar salários inferiores à média nacional, as ocupações turísticas caracterizam-se ainda por estarem nas posições mais baixas da pirâmide salarial brasileira. A título de comparação, os garçons recebiam salários inferiores aos dos trabalhadores agrícolas especializados, aos dos marceneiros e cabeleireiros. [...] já os recepcionistas, ganhavam menos do que os vendedores do comércio (OURIQUES, 2005, p. 130).

O litoral do nordeste brasileiro se configura, na atualidade, ponto de atratividade turística, com crescente investimento e ocupação por grupos turísticos e financeiros internacionais em várias praias dos estados nordestinos, com o aval do poder público. Por parte da mídia, explora-se a beleza das praias, a exuberância dos ecossistemas e o clima tropical. Por parte dos investidores, encontram força de trabalho abundante que, submetida à desestruturação de suas atividades tradicionais, como a agricultura tradicional e a pesca, acaba sendo impelida a trabalhar nas atividades de turismo. Essa condição não altera o seu bem-estar físico e financeiro, como coloca Ouriques (2005, p. 131) “[...] as condições materiais de existência desses trabalhadores pouco se alteram com a mudança ocupacional: eles continuam residindo nos mesmos bairros precários, nas mesmas casas simples e seus ganhos salariais são similares aos obtidos nas ocupações anteriores”.

Dois elementos estão relacionados com a capacidade humana de viver bem, segundo Jackson (2013). Primeiro, a natureza finita dos recursos ecológicos que possibilitam a vida na Terra, como água, minerais, combustíveis fósseis, capacidade regenerativa dos ecossistemas, diversidade das espécies, integridade da atmosfera, solos e oceanos. Essa é uma das causas para limitação da atividade econômica e da ação humana no planeta, evitando uma Terra empobrecida para nossos descendentes. A segunda trata-se da escala da população global. Quanto maior a população, maior será a pressão sobre os recursos naturais. Da mesma forma, ocorre com a massificação do turismo, quanto maior o número de viajantes maior a pressão sobre os atrativos.

A saúde física e mental importa. Os direitos educacionais e democráticos também contam. Confiança, segurança e uma sensação de comunidade são vitais ao bem-

estar social. Relacionamentos, emprego significativo e capacidade de participar na vida da sociedade parecem ser importantes em quase todos os lugares [...] O desafio para a sociedade é criar condições nas quais esses direitos básicos sejam possíveis. É provável que isso requeira atenção mais focada nas condições sociais, psicológicas e materiais da vida do que é comum em sociedades de livre mercado – por exemplo, o bem-estar psicológico das pessoas e a resiliência das comunidades (JACKSON, 2013, p. 38).

É neste contexto que deve-se repensar a prática excessiva da atividade turística, procurando inserir alguns dos preceitos da economia ecológica, o que requer a redução do consumo de produtos e serviços, inclusive os turísticos, levando em conta que os recursos são finitos.

## 6 | A ATIVIDADE TURÍSTICA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA

A economia ecológica vem se consolidando desde os anos 1980 e estuda o enfrentamento sem solução e suas formas entre a expansão econômica e a conservação do meio ambiente (ALIER, 2011).

Leff (2006) afirma que os paradigmas da economia estão fundados numa epistemologia e numa metodologia mecanicista, por consequência, têm sido resistentes a incorporar os princípios ambientais e as normas e condições ecológicas de uma economia sustentável aos paradigmas tradicionais da economia. A economia ecológica surge, então, como uma expressão dos limites da racionalidade econômica dominante.

A concepção da economia ecológica reside na questão básica levantada por um de seus defensores Tim Jackson: “Como e por quanto tempo o crescimento constante é possível, sem trombarmos com os limites ecológicos de um planeta finito?” (2013, p. 11). E o autor continua sua reflexão.

A ideia de uma economia de não crescimento pode ser um anátema para um economista. Mas a ideia de uma economia continuamente crescente o é para um ecologista. Nenhum subsistema pode crescer indefinidamente, em termos físicos. Os economistas têm de conseguir responder à questão de como um sistema econômico de crescimento contínuo pode caber em um sistema ecológico finito (JACKSON, 2013, p. 16).

Nicholas Georgescu-Roegen e Enrique Leff criticam a forma como o pensamento científico econômico está construído, pois não considera os processos naturais. Como ressalta Georgescu-Roegen (1994, p. 192) “La epistemología mecanicista es responsable de un pecado aún mayor de la economía moderna, el de la total ignorancia del papel que juegan los recursos naturales, en el proceso económico”.

Para o autor, existe uma conexão dialética entre o processo econômico e o meio ambiente, devido a lei da entropia, entendida como um índice relativo da energia não disponível em um sistema isolado. A lei da entropia provem da termodinâmica e trabalha conceitos importantes para a economia ecológica, como a distinção entre matéria-energia disponível e não disponível; a irreversibilidade, ou seja, a impossibilidade de um

sistema após ter ido de um estado A para um estado B, retornar ao seu estado original A; e a flecha do tempo, que é a assimetria temporal do sistema devido a irreversibilidade. Segundo ela, a matéria-energia está se degradando continuamente de uma forma disponível para não disponível, ou seja, a entropia aumenta constantemente.

A distinção entre matéria-energia disponível e não disponível é posta conforme os interesses e necessidades dos homens, segundo a economia convencional. O que possui valor econômico está disponível e, ao contrário, o que não tem valor econômico é matéria-energia não disponível, denominados de resíduos (GEORGESCU-ROEGEN, 1994). Os gases emitidos pela combustão dos automóveis seriam um exemplo de resíduos, que embora possuam energia não é economicamente viável reaproveitar.

Trazer os ensinamentos da economia ecológica para o turismo é um desafio, sobretudo porque está amparado pela economia convencional e usa seus princípios para justificar sua expansão global. Pode-se iniciar uma reflexão a partir da finitude dos recursos naturais, considerados um dos principais fatores de atratividade para o deslocamento a uma localidade. A inexistência de ecossistemas exuberantes e saudáveis ou contaminação de ambientes costeiros ou balneários inibiria ou extingiria o fluxo turístico para essas localidades. De acordo com a economia convencional o atrativo perderia seu valor turístico.

Embora o turismo seja considerado, por vários autores da corrente do planejamento e turismo sustentável, uma atividade de baixo impacto ambiental, existe uma inabilidade por parte dos gestores, planejadores e empreendedores em proteger os recursos naturais e impedir danos ecológicos, na construção ou implantação de infraestruturas para o fomento do turismo. Acaba-se gerando passivos ecológicos difíceis de gerenciar, tendo por objetivo o crescimento econômico. Como reforça Jackson (2013, p. 29),

A era da irresponsabilidade demonstra uma cegueira de longo prazo às limitações do mundo material. Essa cegueira é tão evidente em nossa incapacidade de regulamentar mercados financeiros como em nossa inabilidade de proteger recursos naturais e impedir danos ecológicos. Nossas dívidas ecológicas são tão instáveis como nossas dívidas financeiras. Nenhuma delas é levada propriamente em consideração na busca incansável do crescimento do consumo.

O consumo do meio ambiente por meio da recreação, do lazer e do turismo reforça o caráter mercantilista dado à natureza e ao espaço turístico. Os recursos naturais denominados atrativos turísticos entram para o valor de troca e para a mercadoria. Na visão de Ouriques (2005) a mercadoria-paisagem se constitui um dos fundamentos do turismo e apresenta um caráter fantasioso, pois os elementos da natureza vão representar um preço e tornam-se objeto de apropriação aceita socialmente. Fazendo uma crítica a corrente liberal do turismo, o autor coloca “a *Natureza* aparece para esses autores como fator de produção do turismo, e por isso os estudos nessa abordagem sempre apresentam como traço específico a enumeração de recursos naturais e paisagens existentes e potenciais para cada escala geográfica analisada” (2005, p. 73).

A matéria-prima do turismo está ameaçada, diante da destruição dos recursos naturais.

A realidade desconfortável é que nos encontramos frente a um fim iminente da era do petróleo barato, à perspectiva do aumento consistente de preços de commodities, à degradação do ar, da água e do solo, aos conflitos do uso da terra, do uso de recursos, do uso da água e das florestas e dos direitos de pesca, e ao momentoso desafio de estabilizar o clima global. E encaramos essas tarefas com uma economia que está fundamentalmente quebrada, necessitando desesperadamente de renovação (JACKSON, 2013, p. 17).

Para os autores que defendem o planejamento turístico, é fundamental o planejamento sustentável para o desenvolvimento turístico equilibrado em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais dos destinos turísticos e evitando a destruição das bases de sua existência (RUSCHMANN, 1997, p. 10). Cabe ao poder público e às comunidades locais se adaptar a esse fenômeno global e por meio do planejamento e sustentabilidade alcançar os benefícios econômicos associados ao turismo e ainda preservar os recursos naturais e culturais. Entretanto, inúmeros são os exemplos na literatura do turismo sobre os impactos negativos da atividade em relação ao uso dos espaços e consumo dos recursos naturais.

Sobre este aspecto, os fatores que causam alteração no meio ambiente pelo turismo são a implantação de infraestruturas e equipamentos, e o consumo dos turistas. As modificações pelo consumo turístico podem ser detectadas a partir do uso excessivo dos mesmos atrativos naturais, ocasionando a degradação de uma trilha ou alteração da paisagem, por exemplo, e pelos retornos à natureza e contaminação, que envolvem uma série de problemas: sobre-exploração e contaminação das praias, sobre-exploração dos recursos minerais, sobre-ocupação do solo, contaminação da água, destruição de ecossistemas, problemas decorrentes dos resíduos sólidos dentre outros (FARIA, 2007).

Georgescu-Roegen (1994) considera que duas mudanças de atitude devem estar na base da resolução do problema de escassez: a) adotar o princípio de minimizar o arrependimento pelo uso dos recursos naturais de modo irresponsável, o que aumenta a entropia no sistema, isso inclui mudar a concepção que se tem de felicidade individual e pensar no coletivo, na humanidade como um todo; e b) não depositar todas as esperanças nos recursos tecnológicos, como se fossem salvar a humanidade da falta de recursos naturais ou substituí-los. E conclui, o essencial é “passar com menos”, até para aqueles que sofrem de “crescimento-mania”. Determinar quantitativamente quanto seria o menos não é possível, ao invés disto, se poderia pensar em um programa bioeconômico que mostrasse como nos manter com menos ou até sem nada. Trazer esses ensinamentos para a atividade turística é algo a ser pensado.

Nas duas últimas décadas, surgiram experiências turísticas que visaram introduzir a perspectiva de desenvolvimento não apenas atrelado ao âmbito econômico e com o ideal de enriquecimento daqueles agentes externos à comunidade. O turismo comunitário ou de base comunitária ou ainda de base local trabalha com a perspectiva

de promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, por meio do turismo, mas não com a cultura de atividade principal e sim, como atividade complementar àquelas já praticadas na comunidade. A organização da atividade parte dos agentes locais, que residem na comunidade e, de forma participativa, dita como o turismo irá se desenvolver.

A Rede TUCUM é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará, formada por comunidades tradicionais localizadas na zona costeira. O projeto vem dando resultados positivos, embora encontre desafios a serem superados. Um deles é quanto a sustentabilidade econômica das iniciativas que acabam necessitando de investimentos externos para serem consolidadas, especialmente, na implantação de infraestrutura e construção de equipamentos turísticos. Como as comunidades tradicionais, em sua maioria, não dispõem de recursos próprios ficam amarrados a pessoas e instituições financeiras com maior poder aquisitivo.

Aceselrad, Mello e Bezerra (2009) apud (IORIS, 2009) discorrem sobre essa questão sob o ponto de vista da justiça ambiental. A origem do termo remonta aos movimentos sociais norte-americanos que, a partir da década de 60, passaram a reivindicar direitos civis às populações afrodescendentes e menos favorecidas existentes nos EUA, bem como a protestar contra a exposição humana à contaminação tóxica de origem industrial, que afetava em maior escala esses grupos.

Os autores reforçam que, constitucionalmente, nenhum grupo social ou pessoa pode estar acima da lei, entretanto as pessoas e grupos poderosos costumam ter advogados e dinheiro que lhes permite proteção.

Na perspectiva da justiça ambiental o meio ambiente converte-se em um direito humano, ou seja, todos os seres humanos necessitam de determinados recursos naturais e de uma certa qualidade do meio ambiente para assegurarem sua sobrevivência. Como relata Alier (2011, p. 274), “O movimento pela justiça ambiental tem enfatizado à desproporcionalidade com que o peso da contaminação [impactos ambientais] recai sobre grupos humanos específicos”, incorpora, portanto, uma noção distributiva da justiça.

É isso que ocorre a partir da lógica de supervalorização dos espaços litorâneos, que se consolida, na Região do Nordeste brasileiro, nos últimos anos, ou seja, uma nova modalidade de produção do espaço em que se apropria da praia enquanto mercadoria comercializada para uma parcela da população com poder aquisitivo superior aos habitantes nativos.

Essa é uma condição desfavorável para as comunidades tradicionais em relação ao desenvolvimento do turismo, pois ficam sujeitas a uma série de impactos sociais e ambientais como consequência de ações por parte dos grandes investidores, principalmente, internacionais. Esses impactos negativos estão relacionados a: desflorestamentos e retirada de madeira para construção de empreendimentos, poluição, lixo e resíduos sólidos em excesso, degradações de ecossistemas, mudanças de comportamento e relacionamento nas comunidades pelo contato com

turistas e visitantes, crescimento desordenado, aumento da prostituição, aumento da criminalidade e violência e realocação da população local, para citar alguns.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica em turismo está repleta de indicadores quantitativos que evidenciam a importância contemporânea da atividade. Órgãos de fomento, gestores públicos e iniciativa privada os utilizam para justificar os investimentos e políticas públicas no setor. Sob a égide de que o turismo gera desenvolvimento, prosperidade e bem-estar social, grandes quantias de dinheiro são investidas para promoção e fomento da atividade.

Entretanto, é preciso repensar a atividade a partir das concepções da economia ecológica. Os recursos naturais são finitos e seu consumo acelerado irá comprometer o bem-estar e prosperidade das gerações que virão. Os conceitos de prosperidade e bem-estar devem, por outro lado, ser revisitados na concepção etimológica da palavra. Prosperidade e bem-estar não devem ser vinculados primordialmente ao aspecto econômico. Da mesma forma, a atividade turística não deve ser considerada a chave-mestra que proporcionará esse desenvolvimento, prosperidade e bem-estar nos países e regiões menos desenvolvidos.

Identificar práticas que buscam desvincular o turismo com esses elementos já é possível, caso da Rede TUCUM, embora ainda encontrem percalços pelo caminho, especialmente, em se tratar de termos econômicos convencionais. Longe de propor uma finalização para esse debate, faz-se oportuno repensar as práticas e teorias do turismo, a fim de obter resposta para o principal questionamento feito pelo economista ecológico Tim Jackson: “Como e por quanto tempo o crescimento (**turístico**) constante é possível, sem trombarmos com os limites ecológicos de um planeta finito?”.

## REFERÊNCIAS

ALIER, JOAN MARTÍNEZ. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2011.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: BARRETO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. La maritimé sous les Tropiques : les contributions d’une étude réalisée à Fortaleza (Ceará). **Confins** (on-line), n. 20, 2014, publicado em 08 mar. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8889>. Acesso em: 11 abr. 2018.

FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto. Impacto do turismo em um destino a partir da perspectiva da economia convencional e ecológica. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, vol. 2, n. 3, set. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5674> Acesso em: 21 dez. 2016.



FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo e subdesarrollo em América Latina**. Centro de Estudios Miguel Enriquez, 1965. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/textos>>

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. ¿Qué puede enseñar a los economistas la termodinámica y la biología?. In: KLINK, Federico Aguilera; ALCANTARA, Vincent (orgs.). **De la economía ambiental a la economía ecológica**. Barcelona: ICARIA; FUHEM, 1994.

IORIS, A. A. R. O Que é Justiça Ambiental. **Ambiente & sociedade**, v. 12, n. 2, p. 389–392, 2009.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Editora Abril, 2013.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LE MOS, Leandro de. O Valor Turístico: (re)definindo a economia do turismo. **Revista Turismo**, out./03. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/valortur.html>> Acesso em: 05 jan. 16

MELIANI, Paulo Fernando. Turismo, urbanização e produção de espaços de exclusão em Itacaré, Bahia. **Revista de Cultura e Turismo (CULTUR)**, ano 05, n. 2, ago. 2011.

OMT. **Tourism Highlights**. 2017 Edition. Madri: OMT, 2017.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 1997.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-23-9

